

Resumo expandido

Em torno da biopolítica italiana

Raphael Guazzelli Valerio
Programa de Pós-Graduação em História/Ufpe

1.

Foucault formula a hipótese biopolítica durante os anos 1970 quando se sua fase genealógica e de suas interpretações do fenômeno do poder ao nível de seu funcionamento. Deste modo, compreende o poder como uma tecnologia social. Duas tecnologias de poder que formatam o campo social da moderna sociedade capitalista emergem de sua analítica. Uma, a disciplina; outra, a biopolítica. Se a primeira tem por característica o aprimoramento e controle do corpo do indivíduo particular, a segunda se centra nos fenômenos globais da população. Gostaríamos de, nesta comunicação, explorar a recepção italiana do conceito de biopolítica nos três grandes nomes que o exploram: Giorgio Agamben, Antonio Negri e Roberto Esposito. Nosso principal fio condutor diz respeito ao alcance, por assim dizer, da biopolítica. Se Foucault procura historicizar o conceito, os italianos por seu turno, e cada um ao seu modo, se utilizam dele como uma noção de análise geral dos fenômenos políticos ao longo da história. Em outras palavras, introduzem na biopolítica todo um discurso jurídico político e conceitual ausente na hipótese foucaultiana.

Desde a publicação, em 1995, de *Homo Sacer I: o poder soberano e a vida nua* de Giorgio Agamben, a noção foucaultiana de biopolítica se tornou incontornável no interior do pensamento político contemporâneo, especialmente entre os italianos. A obra de Foucault não era desprezada na Itália, pelo contrário, vale lembrar que célebre coletânea de textos *Microfisica del Potere*, dirigida e organizada por Alessandro Fontana e Pasquale Pasquino, vem a lume em 1977 no calor dos movimentos da Autonomia e autorizada, inclusive, por Foucault. Não foi apenas Agamben a retomar a herança analítica do filósofo francês, Toni Negri, outro pensador de mesma envergadura, a mobiliza, sobremaneira após seu retorno do exílio, no interior de uma renovação do operaísmo italiano doa anos 1960, por fim, menos conhecido do que ambos, temos Roberto Esposito, professor na Escola Normal Superior de Pisa, faz da obra foucaultiana um dos alicerces de seu pensamento. No centro do pensamento político destes autores está o conceito de biopolítica. Embora com interpretações bastantes distintas estes autores formam aquilo que se convencionou chamar de *Italian Theory*, que engloba outros autores por certo, e

que compreende também pesquisas não centradas na figura de Foucault. Nossa intenção é esclarecer o uso que Negri, Agamben e Esposito fazem da biopolítica. Sabemos que no interior da obra foucaultiana a noção de biopolítica aparece de forma bastante tímida, na verdade ocupa umas poucas páginas ao final de *A vontade de saber*, as outras ocasiões em que ela tem lugar, e que não são muitas, não foram pensadas para publicação; referimo-nos aos cursos no Collège de France. Foucault trabalhou com a noção de 1976 até 1979; nos anos 1980 ela desaparece. O filósofo francês dava a ela um alcance e um escopo histórico, ora, o que os intérpretes italianos irão fazer vai muito além daquilo que Foucault havia interpretado como sendo a biopolítica. Examinaremos, portanto, o que diferencia estas interpretações da biopolítica de sua formulação inicial, bem como as diferenças entre os três autores. As trajetórias e os interesses políticos destes autores, bem como a tradição de pensamento em que estão inseridos nos ajudarão nesta tarefa.

2.

Em *Biopolítica: um mapa conceitual* a pesquisadora italiana Laura Bazzicalupo (2017) nos indica o vastíssimo uso da noção de biopolítica. Num movimento que já havia sido realizado também por Roberto Esposito em *Bios: biopolítica e filosofia* (2010) expõe o uso conceitual da biopolítica não apenas em autores que a colheram da obra de Michel Foucault, mas antes dele. Deste modo, uma história do conceito nos levaria até Comte que usa o termo biocracia (*biocratie*) para descrever o estágio da autodisciplina animal, etapa anterior que prepara a sociocracia, a disciplina humana (Bazzicalupo, 2017, pp. 21-22).

Já em meados do século XIX, o higienista francês Edouard Toulouse (Idem, *ibidem*) teria usado o termo biocracia para definir o objetivo de higiene pública. Aqui, a higiene mental, a psiquiatria e outras ciências do comportamento desempenham um papel fundamental. Como é sabido, Foucault analisará de modo crítico essas questões em diversas de suas obras, tanto na fase arqueológica, como genealógica.

Concordamos com Bazzicalupo (Idem, p.22) quando esta defende que já é possível encontrar contornos da biopolítica em Foucault nos seus estudos sobre a loucura, a clínica e a psiquiatria. Corrobora também com esta ideia o especialista argentino Edgardo Castro (2014). Tal posicionamento nos é fundamental na medida em que a biolítica de Foucault não é exatamente um conceito, mas a descrição histórica de um determinado conjunto de saberes e práticas que tiveram lugar na Europa entre os finais do século XVIII até meados do século XX.

Contudo, vale notar que, embora concordemos com Castro quanto ao posicionamento descrito acima, não estamos seguros naquilo que concerne ao uso das palavras biopolítica e biopoder pelo filósofo francês. Com efeito, para Castro (Idem, p.111) Foucault utiliza os termos ora como sinônimos, ora não. Para nós, contudo, trata-se sempre da mesma coisa, muito embora, há um uso duplo da noção nas obras dedicadas ao tema (Foucault, 1984, 1999, 2008, 2022), mas que ao final parecem remeter ao mesmo significado. Tal percepção não é mero exercício de erudição, mas dirá respeito à recepção da biopolítica entre pesquisadores, teóricos e militantes.

Tanto Esposito (2010) quanto Bazzicalupo (2017) descrevem, com riqueza de detalhes, três momentos da biopolítica, por assim dizer, no século XX que são anteriores às formulações Foucaultianas, a saber: organicista, humanista e naturalista; nesta ordem. Vale ressaltar que há o uso do termo propriamente dito, mas também termos que, segundo os autores, são correlatos.

Em Foucault não há, por assim dizer, algo como que um juízo de valor acerca da biopolítica, tão presente nos autores contemporâneos que se apropriam de suas construções teóricas e metodológicas, ora elegendo a biopolítica como aquilo que deve ser combatido (Agamben), ora sondando as possibilidades emancipatórias dela (Negri). Foucault simplesmente descreve a biopolítica, ou melhor, as tantas tecnologias biopolíticas que o ocidente moderno construiu.

Dito isto, vale notar uma discussão aberta em torno deste uso, ora positivo, ora negativo da biopolítica. Falamos da hipótese de uma biopolítica afirmativa explorada por Toni Negri e Roberto Esposito, como potência da vida ou a política da vida, e a tese da biopolítica como administração calculada da vida, sua produção por instâncias de poder e, no limite, sua aniquilação; aquilo que Agamben (2004) irá chamar de tanatopolítica. Bazzicalupo (2017, p. 73) reflete sobre esta ambivalência da noção foucaultiana permitida pelo viés de sua pesquisa, de caráter genealógico e assistemática. Tal ambivalência se expressaria, nestes intérpretes que procedam uma espécie de *ontologização* da biopolítica, numa suposta diferença entre biopoder (o controle sobre a vida) e biopolítica (a política da vida). Há uma indicação de Foucault nesta direção ao final de *A vontade de saber* (1984, p. 136) que para nós, no entanto, não parece suficiente para derivar daí uma oposição conceitual entre biopoder e biopolítica; leiamos a extensa passagem abaixo:

E contra esse poder ainda novo no século XIX, as forças que resistem se apoiaram exatamente naquilo sobre o qual ele investe – isto é, na vida e no homem enquanto ser vivente. Desde o século passado, o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as

necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. Pouco importa que se trate ou não de utopia; temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que essas últimas se formulem através de afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades. O “direito”, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse “direito” tão incompreensível para o sistema jurídico clássico foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional de soberania.

Entrementes, o Foucault tardio da década de 1980 pode oferecer uma leitura da biopolítica afirmativa quando, num retorno aos antigos, recupera a ideia da filosofia como um modo de vida tão bem desenvolvida nos textos de Pierre Hadot (2011). Vale dizer, entretanto, que esta recuperação não se dá em chave biopolítica. A partir dos cursos da década de 1980 o sintagma desaparece. Em *Subjetividade e verdade* (curso de 1980-81) Foucault (2016, pp. 25-44), ao comentar Epicteto, chega a se utilizar da terminologia explorada por Hannah Arendt em *A condição humana* (2010) e que Agamben (2004) dará novos rumos interpretativos. Trata-se evidentemente das palavras *bíos* e *zoé*, bem como sua distinção conceitual a partir da qual Foucault (2016, p. 33) iniciará sua genealogia das técnicas de si mesmo, isto é, uma arte de viver.

3.

Para Negri e os operaístas, o trabalho vivo, que é interior ao capital e antagônico a ele, é que organiza a produção. O capital vem depois, como simples comando. No período da grande indústria o comando se exerce na fábrica, o operário é a figura do conflito. Ora, quando se dá passagem ao capitalismo de corte financeiro, o pós-fordismo, o comando capitalista passa a se exercer sobre a totalidade do social, na medida em que a produção de valor não está mais centrada na fábrica. Temos assim, na transformação do poder em biopoder, um deslocamento considerável com relação à proposta original de Foucault. Lido deste modo, a biopolítica só pode ser ultra contemporânea, pois o pós-fordismo assim o é. Aqui verificamos certa oscilação na biopolítica negriana, pois embora o biopoder esteja associado ao capitalismo, se entendemos bem, ela apenas se consuma ao final do século XX. Num outro contexto, para ilustrar o que afirmamos, Negri (2009) sustenta que o poder desde sempre se preocupou com a vida, mas prefere chamar isso de eugenia do poder.

A ideia de que a biopolítica é exatamente a exploração do trabalho vivo pelo capital está posta em Paolo Virno. Num pequeno excurso presente em *Gramática da Multidão*, Virno (2013, pp. 61-64) sustenta que a hipótese foucaultiana é um erro conceitual, a não ser que ela seja reposta no interior do antagonismo presente no capitalismo. O texto é de 2003 e Virno é figura constante nas referências de Negri. Império (Hardt; Negri, 2001), por exemplo, é anterior ao seu texto e nele já há a adoção do léxico biopolítico feita por Negri, todavia é interessante informar que as ideias básicas de Virno (2008) já estão postas em 1994.

Virno (2013, p. 63) se pergunta por qual razão a vida, na modernidade, se apresenta no centro da política e o Estado a governa:

O corpo vivente faz seu objeto de governar não por seu valor intrínseco, mas porque é o substrato da única coisa que verdadeiramente importa, a força de trabalho, como soma das mais diversas faculdades humanas.

Note-se a complexificação em torno da noção marxiana de força de trabalho. Há aqui uma leitura a partir de Aristóteles (*dynamis*), a força de trabalho é algo irreal que ainda não aconteceu, isto é, potência de produzir, todavia ela é vendida e comprada como qualquer outra mercadoria. É deste modo que Virno pode reafirmar que essas características, paradoxais, da força de trabalho são a premissa da biopolítica.

Negri (2016a, p. 18) confirma não ser possível encontrar em Foucault como se deu a passagem ao modelo capitalista pós-fordista, mas insiste que há um pequeno rastro no pensamento do francês que permite ler uma passagem das sociedades disciplinares às sociedades de controle, ajustada à correção do fordismo ao pós-fordismo. O italiano avança ainda mais, no biopoder Foucault teria intuído o movimento para a era pós-industrial devido a uma questão pertinente ao seu método, como visto acima, nesse sentido, Foucault teria implicitamente teorizado o seguinte: a passagem do político moderno ao biopolítico pós-moderno. Para nós, contudo, se o pós-moderno é que deu condições ao desenvolvimento pleno da biopolítica e do biopoder, isso tem a ver com a concepção operaísta do mundo do trabalho, presente em Negri e, notoriamente, completamente ausente em Foucault.

3.

Agamben, por seu turno, sustenta sua hipótese sobre a biopolítica em torno de uma questão cara ao pensamento jurídico e político, o problema da soberania. Parte do teórico e jurista ultraconservador Carl Schmitt (2006, p. 7) que assim define a soberania:

“Soberano é quem decide sobre o estado de exceção”. Schmitt procura demonstrar que não se trata de um estado de sítio ou necessidade pública, mas que, no estado de exceção temos a condição mesma de vigência do direito. Esta condição é dada pela decisão soberana sobre a exceção; note-se o estado de exceção não é o caos anterior a norma, mas o estado de coisas resultantes da suspensão da norma. De modo que, podemos dizer que a exceção é, pois, uma exclusão.

A partir deste raciocínio Giorgio Agamben (2004, p. 35) define o estado de exceção como estrutura originária da soberania nos seguintes termos:

Se a exceção é a estrutura da soberania, a soberania não é, então, nem um conceito exclusivamente político, nem uma categoria exclusivamente jurídica [...] ela é a estrutura originária na qual o direito se refere à vida e a inclui em si através da própria suspensão.

Nossa relação com o poder soberano tem, portanto, a forma do abandono. A vida, a vida ordinária, só pode ser incluída no ordenamento por meio de sua exclusão, quer dizer, ela está presa numa zona limítrofe, nem dentro, nem fora, mas suspensa. Agamben (2004) argumentará que o modelo originário desta vida presa no abandono soberano é a *sacratio* – a sacralidade da vida. O *homo sacer* era uma figura particular do direito romano que, acusado de um delito poderia ser morto por quem quisesse e, ao mesmo tempo, vedado aos ritos do sacrifício.

Sacra, isto é, matável e insacrificável, é originariamente a vida no bando soberano, e a produção da vida nua é, neste sentido, o préstimo original da soberania. A sacralidade da vida, [...] exprime [...] justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono (AGAMBEN, 2004, p. 91).

O *homo sacer* é modelo originário do que, nas democracias modernas, viria a ser o direito à vida. O simples fato de estar vivo é o que nos inclui no ordenamento jurídico como membros de um Estado, ao mesmo tempo, esta mera vida, a vida biológica diríamos hoje, é aí incluída por meio de uma exclusão, isto é, sua exposição a um poder de morte que deriva justamente da criação dum ordenamento jurídico, dum Estado.

A soberania e o Estado ocidentais se nos apresentam assim como um dispositivo de duas faces de Jano, (bio)político e ontológico, mas também metafísico e teológico. Biopolítico e ontológico, pois, produz um ser, o humano, por meio do artifício da vida nua presa no abandono soberano. Metafísico e teológico, porque, ao criar a vida nua opera uma ficção originária de cisão interior a própria vida, dividindo-a em *phýsis* e *nómos*, natureza e cultura.

Definamos a política como uma máquina ontológico-biopolítica (AGAMBEN, 2017, p. 229). A máquina politiza a vida, dá a ela um caráter político ao dividi-la, de um lado a vida nua, *zoé*, de outro a vida qualificada, *bíos*. Todavia, o centro desta máquina, onde tudo se passa, está vazio, ela não tem outro conteúdo que não a cesura, a separação em si mesma. A máquina se deixa ver somente porque já está construída a partir de separações. Biopolítica, portanto, mas também ontológico-política, pois, do modo como as coisas se passam poderíamos dizer que, conforme Agamben, a política como obra do humano é uma práxis em que o *lógos* separa aquilo que é inseparável, quer dizer, a vida vegetativa da vida qualificada, o fato da vida da forma como levamos a vida.

Referências e Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. O uso dos corpos. São Paulo: Boitempo, 2017.
- AGAMBEN, Giorgio. Signatura rerum. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARISTÓTELES. Política. Lisboa. Vega. 1998.
- BAZZICALUPO, Laura. Biopolítica: um mapa conceitual. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2017. Tradução Luisa Rabolini.
- CASTRO, Edgardo. Los malentendidos de la biopolítica: Foucault, Agamben, Derrida. In: Cuadrantes – Revista Internacional de Filosofía Contemporánea – Volume II, nº 2, 2014.
- CASTRO, Edgardo. Microfísica del poder, o una nueva figura de intelectual, entre la erudición y las luchas. In: Foucault, Michel. Microfísica del poder. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2019.
- CASTRO, Edgardo. “Corregir a Foucault”. Notas sobre la especificidade de la recepción italiana de la biopolítica. In: Dorsal. Revista de Estudios Foucaultianos. Número 14, junio 2023.
- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ESPOSITO, Roberto. Bios: biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 37ª Ed. Petrópolis. Vozes. 2009.

- FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I. A vontade de saber. 5ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População: Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica del potere. Interventi politici. 3ª edizione. Torino: Giulio Einaudi editores, 1977.
- FOUCAULT, Michel. Power/Knowledge. New York: Pantheon Books, 1980.
- FOUCAULT, Michel. O jogo de Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos, vol. IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- GENTILI, Dario. Italian Theory. Dall' operaismo alla biopolítica. Bologna: Società editrice il Mulino, 2012.
- HARDT, M. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, É. (org.). Gilles Deleuze: uma vida filosófica. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- HARDT, M. & NEGRI, A. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARDT, M. & NEGRI, A. Multidão. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HADOT, Pierre. O que é a Filosofia Antiga. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- NEGRI, A. El monstruo político. Vida desnuda y potencia. In: RODRÍGUEZ, G. (org.). Ensayos sobre biopolítica: Excessos de vida. Buenos Aires. Paidós. 2009.
- NEGRI, A. Biocapitalismo. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- NEGRI, A. Quando e como eu li Foucault. São Paulo: N-1 edições, 2016.
- NEGRI, A. [et al]. Negri no trópico 23° 26' 14". São Paulo: Autonomia Literária, Editora da Cidade, N-1Edições, 2017.
- SCHMITT, C. Teologia Política. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2006.
- SENEILLART, M. As artes de governar: do *regimen* medieval ao conceito de governo. São Paulo: Editora 34, 2006.
- VEYNE, P. Foucault: seu pensamento, sua pessoa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- VIRNO, P. Virtuosismo e revolução. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.